

Lideranças estudam alternativa ao PL da anistia

Negociação entre Congresso e STF prevê aumento da punição para os acusados de articular a tentativa de golpe de Estado

NEUROTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. CNPJ(MF) Nº05.359.081/0001-34 - Constituída como uma sociedade anônima de capital fechado, a Neurotech é uma empresa de tecnologia, com sede na cidade de Recife. As demonstrações financeiras completas acompanhadas do parecer dos auditores independentes encontram-se disponíveis na sede da companhia. As demonstrações foram auditadas e o parecer dos auditores independentes para os anos de 2023 e 2024 não contém nenhuma ressalva:									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais - R\$)			Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(14.392)	(47.315)			
Ativo			IRPJ e CSLL diferido		(1.085)	3.996			
Ativo circulante			Prejuízo do exercício		(15.477)	(43.319)			
Caixa e equivalentes de caixa			Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais mil - R\$)		31/12/2024	31/12/2023			
Aplicações financeiras			(Prejuízo) do exercício		(15.477)	(43.319)			
Contas a receber			Outros resultados abrangentes		-	-			
Partes relacionadas			(Prejuízo) Lucro do exercício		(15.477)	(43.319)			
Impostos a recuperar			Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais - R\$)		31/12/2024	31/12/2023			
Outros créditos			Fluxo de caixa das atividades operacionais		(15.477)	(43.319)			
Total do ativo circulante			IR e contrib. social diferidos		-	-			
Ativo não circulante			Ajustes por:		2.524	2.775			
Depósitos judicial			Depreciação e amortização		-	-			
Tributos diferidos ativo			Baixas do valor residual do ativo imobilizado e intangível		107	70			
Imobilizado			Provisão para cred. de liquidação duvidosa		(35)	135			
Intangível			IR e contrib. social diferidos		1.085	(3.996)			
Total do ativo não circulante			Apropriação de enc. financ. de contratos de arrendamento		470	370			
Total do ativo			Demais provisões		6.793	-			
Passivo			Prejuízo dos exerc. ajustado		(4.533)	(43.965)			
Passivo circulante			Variações nos ativos e passivos:		-	-			
Fornecedores			Contas a receber		(3.051)	4.362			
Obrigações sociais e trabalhistas			Contas a receber partes relacionadas		(1.484)	(159)			
Obrigações fiscais			Tributos a recuperar		(812)	(3.294)			
Adiantamentos de clientes			Depósitos judiciais		611	-			
Passivos de arrendamento			Outros ativos		(819)	109			
Total do passivo			Fornecedores		6.210	(822)			
Patrimônio líquido			Obrigações trab. e sociais		(188)	5.806			
Capital social			Obrigações fiscais		(183)	364			
Reserva de capital			Adiantamentos de clientes		4.998	439			
Reserva de lucros			Outros passivos		4.815	(288)			
Prejuízos acumulados			Caixa (utilizado)/proveniente das ativ. operacionais		5.564	(37.488)			
Total do patrimônio líquido			Juros pagos		(470)	(370)			
Total do passivo e patrimônio líquido			Caixa liq. (utilizado)/proveniente das ativ. operacionais		5.094	(37.818)			
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais - R\$)			Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-			
Receita de vendas e serviços - líquida			Aplicações financeiras		(1.759)	(12.092)			
Custos dos serviços prestados			Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		(2.731)	(3.558)			
Lucro bruto			Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.490)	(15.650)			
Pesquisa e desenvolvimento			Fluxo de caixa das atividades de financiamento		-	-			
Despesas administrativas			Aumento capital social		-	51.809			
Despesas com vendas			Pagamentos de contratos de arrendamentos		(807)	(364)			
Outras Receitas (Despesas) operacionais			Cx. liq. (consumido)/proveniente das ativ. de financ.		(807)	51.445			
Prejuízo operacional			Redução de caixa e equivalentes de caixa		(203)	(2.023)			
Receitas financeiras			Saldo de caixa e equiv. de caixa no início dos exerc.		1.032	3.055			
Despesas financeiras			Saldo de caixa e equiv. de caixa no final dos exerc.		829	1.032			
Resultado financeiro líquido			Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais - R\$)		-	-			
			Reservas de capital		-	-			
			Reservas de lucros		-	-			
			Lucros e pre-juízos acumulados		-	-			
			Capital social	Opções outorgadas	Incentivos fiscais	Retenção	Legal	Div. adic. proposto	Total
Em 31 de dezembro de 2022			8.823	53	1.761	9.383	382	1.765	1.909
Aumento de capital social			51.809	-	-	-	-	-	-
Incorporação reversa			19.636	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva - opções outorgadas (Prejuízo) lucro liq. do exerc.			-	-	7	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 4,10 por ação)			-	-	-	-	-	-	-
Reservas de retenção de lucros			-	-	(1.768)	-	1.768	-	-
Dividendos adic. propostos			-	-	-	-	-	(1.909)	1.909
Em 31 de dezembro de 2023			80.268	53	-	9.383	2.150	1.765	(40.829)
Outros			-	-	-	-	90	-	-
Prejuízo do exercício			-	-	-	-	-	-	(15.477)
Em 31 de dezembro de 2024			80.268	53	-	9.383	2.240	1.765	(56.306)
DOMINGOS MONTEIRO – Diretor Executivo - RODRIGO CARNEIRO LEAO VIEIRA DA CUNHA – Diretor de Produtos ELISEU RAMBO PETRI-CRC-RS 081.654/O-7 – Contador									
LINK PARA ACESSAR O BALANÇO NA VERSÃO DIGITAL: https://www.folhape.com.br/economia/publicidade-legal-2025									



Projeto visa reduzir pena dos manifestantes do 8 de janeiro

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretende apresentar um projeto para reduzir a pena dos envolvidos no 8 de Janeiro. O texto está sendo negociado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das versões em negociação prevê aumento da punição para os acusados de organizar tentativas de golpe de Estado. O novo projeto busca um meio termo para aliviar as penas impostas pelo STF, que chegou a 17 anos de prisão, e visa assegurar que eventuais acusados de orquestrar o rompimento da ordem democrática tenham punições mais severas.

No início do mês, o presidente da

Câmara procurou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros do Supremo com o objetivo de construir um acordo para revisão das penas dos condenados pelo 8/1, com o intuito de pacificar o país.

O projeto que já tramita na Câmara e é defendido pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, concede anistia total aos envolvidos no 8 de Janeiro. Parlamentares que apoiam o governo do presidente Lula sustentam que esse texto ainda pode beneficiar também o ex-presidente que virou réu por tentativa de golpe de Estado em processo que tramita no STF.

Para assegurar que a nova proposta possa tramitar de maneira mais rápida e consiga aderência dos mais variados partidos, o texto deve ser apresentado formalmente, em maio, pelo próprio Alcolumbre.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE

AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 927855

Processo Licitatório Nº 013/2025-FME. Pregão Eletrônico Nº 011/2025. Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIGITAIS GAMIFICADOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO/PE. O MATERIAL DIGITAL SERÁ DESTINADO AO REFORÇO PEDAGÓGICO NAS DISCIPLINAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA, PARA VIABILIZAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NAS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Valor Máximo Aceitável: R\$ 1.537.526,00. Início do Acolhimento das Propostas: 29/04/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". Abertura das Propostas: 16/05/2025, 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.paudalho.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Av. Raul Bandeira, 21, Centro, Paudalho-PE.

Paudalho/PE, 28/04/2025
Rafael Soares de Lima
Pregoeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO MINISTERIAL DE LICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUXILIARES

AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3949.2025.DEMLPA.PE.0011.MPPE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para futuro e eventual FORNECIMENTO DE LICENÇAS E SERVIÇOS RED HAT, incluindo Red Hat Application Foundations 1 ano (MW02006), Red Hat Application Foundations 3 anos (MW02006F3), Red Hat Enterprise Linux Server 1 ano (RH00004), Red Hat Enterprise Linux Server 3 anos (RH00004F3), Red Hat Services (MW-GPS), Red Hat Runtimes 1 ano (MW00280), Red Hat Runtimes 3 anos (MW00280), conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

DATADAABERTURA: 15/05/2025

ENTREGA DAS PROPOSTAS até: 15/05/2025, quinta-feira, às 09h00; Abertura das Propostas: **15/05/2025, às 09h10;** Início da Disputa: **15/05/2025, às 09h30. Horário de Brasília.** Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Endereço Eletrônico do Sistema: www.peintegrado.pe.gov.br e no site do Ministério Público do Estado de Pernambuco <https://portal.mppe.mp.br/licitacoes>. **Valor global máximo estimado: R\$ 1.365.631,51 (um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos).** As dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser sanados através do e-mail: licitacoes@mppe.mp.br.

Recife/PE, 28 de abril de 2025
Onélia Carvalho de Oliveira Holanda
Pregoeira/MPPE

DECISÃO

STF mantém prisão de Collor

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

Por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a prisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A favor da prisão, votaram os ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Já os magistrados André Mendonça, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Nunes Marques, votaram pela soltura de Collor.

Como é de praxe nos processos ligados à Lava Jato, o ministro Cristiano Zanin se declarou impedido. A prisão de Fernando Collor de Melo foi determinada por Alexandre de Moraes na última quinta-feira (24) e foi submetida à análise dos demais ministros.

O ex-presidente foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em um desdobramento da Operação Lava Jato. De acordo com o STF, ficou comprovado que, entre 2010 e 2014, Collor e aliados receberam R\$ 20 milhões em propina por terem "intermediado" contratos firmados pela BR Distribuidora.

A BR Distribuidora, inclusive, tinha dois diretores indicados por Collor. O ex-presidente foi preso pela Polícia Federal na última sexta-feira.

Os advogados sustentam ao STF que Collor tem comorbidades graves e, portanto, seu estado impõe a urgente concessão de prisão domiciliar. Diante disso, ontem, Moraes deu um prazo de 48h para a defesa apresentar laudos médicos que comprovem problemas de saúde do ex-presidente.